Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí

Fundada em 09.07.87 - CGC: 79.355.269/0001-40
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 9.331 de 24.11.93
Filiada à Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses e Rede de ONGs da Mata Atlântica
Escritório: Fone/Fax: 047-~~822-0326~~ 8210306
Cx. Postal, 218 - CEP: 89.160-000 - Rio do Sul - SANTA CATARINA - BRASIL
Viveiro Jardim das Florestas: Fone: 047-~~834-4119~~ 835009 - Alto Dona Luiza - Atalanta - SC

Brasília(DF), 10 de Fevereiro de 2000

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL
Data ___/___/___
Cod. 000086

Ilmo.Sr.
Carlos Frederico Mares de Souza Filho
Presidente da FUNAI
Brasília – DF

Assunto: Ampliação da Reserva Indígena Duque de Caxias – José Boiteux(SC)

Prezado Senhor,

Proposta da FUNAI de ampliação da Reserva Indígena de José Boiteux(SC) cria conflitos ambientais e sociais.

Apremavi sugere soluções

A **Apremavi** – Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí, fundada em 09 de julho de 1987, na cidade de Ibirama(SC), é uma sociedade civil sem fins lucrativos, que tem como missão, trabalhar pela defesa e recuperação do meio ambiente, dos bens e valores culturais e pela melhoria da qualidade de vida humana, no Bioma Mata Atlântica.

Em sua primeira manifestação pública, em junho de 87, a associação denunciava através do documento: "*Estão Matando os Índios, a Floresta e os Animais*", a devastação dos 14.000 ha da Reserva Indígena, de onde saíam todos os dias, em média, 350 caminhões carregados com toras nativas. O objetivo da associação era preservar a floresta e a qualidade de vida dos índios.

Apesar das denúncias e da luta da **Apremavi** e de outras entidades não governamentais como a **Acaprena** – Associação Catarinense de Preservação da Natureza, a reserva foi totalmente devastada, com a conivência dos poderes executivo, legislativo e judiciário, madeireiros e dos próprios índios.

A Conivência e morosidade de uns e a ganância de outros, teve como conseqüência a floresta destruída e índios passando por sérias dificuldades, quadro este que só tem se agravado desde aquela época.

Convém lembrar, que a Reserva Indígena de José Boiteux, foi demarcada e instituída em 1926 e as regiões do seu entorno foram parceladas em minifúndios e vendidas pelo governo a pequenos agricultores.

A proposta de ampliação da Reserva Indígena, publicada no Diário Oficial da União de 11 de Novembro de 1999, está gerando apreensão e insegurança sem precedentes e pode levar a conflitos com conseqüências imprevisíveis.

Na proposta de ampliação da área da reserva, de 14.000, para 36.000 ha, foram incluídas duas unidades de conservação e as propriedades de cerca de 400 famílias de pequenos agricultores do entorno, criando um grande conflito ambiental e social.

Associação de Preservação do Meio Ambiente do Alto Vale do Itajaí

Fundada em 09.07.87 - CGC: 79.355.269/0001-40
Utilidade Pública Estadual - Lei nº 9.331 de 24.11.93
Filiada à Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses e Rede de ONGs da Mata Atlântica
Escritório: Fone/Fax: 047-~~822-0326~~ 821 0326
Cx. Postal, 218 - CEP: 89.160-000 - Rio do Sul - SANTA CATARINA - BRASIL
Viveiro Jardim das Florestas: Fone: 047-~~834-1119~~ 8350119 **- Alto Dona Luiza - Atalanta - SC**

As duas unidades de conservação ,a ARIE – Área de Relevante Interesse Ecológico da Serra da Abelha e a Reserva Biológica Estadual do Sassafrás, estão dentro do domínio da Mata Atlântica, bioma do qual restam apenas 7% em todo o Brasil. Nem índios, nem brancos, tem o direito de destruir o que resta.

Quanto a área onde se encontram os agricultores, vale lembrar que Santa Catarina é um estado caracterizado por pequenas propriedades, 90% do seu território é composto de propriedades com menos de 50 ha e a transferência do número de famílias envolvidas, para outras localidades, é praticamente impossível. Na região do Alto Vale do Itajaí, não existem áreas disponíveis para assentar essas famílias.

Acreditamos que não se pode resolver um problema, criando conflitos. Nossa história já está cheia deles e cabe agora um pouco mais de bom senso, para podermos construir um futuro digno, para índios e brancos. A ampliação da área da reserva indígena, da forma proposta pela FUNAI, além de criar novos conflitos, não vai resolver os problemas dos índios.

Diante desta situação, a **Apremavi** propõe:

1 – Suspensão do processo atual de ampliação da reserva indígena;

2 – Reestudo minucioso da região do entorno próximo à reserva, levando em conta que uma possível ampliação da mesma não abranja áreas que possam gerar conflitos com agricultores familiares estabelecidos à décadas. Este reestudo deve ter a participação da FUNAI, Índios, IBAMA, FATMA, organizações não governamentais, universidades, agricultores, prefeituras e Ministério Público;

3 – Exclusão das Unidades de Conservação e das propriedades dos pequenos agricultores, dos novos limites a serem propostos;

4 – Elaboração e implantação de projetos alternativos ambientais e de geração de renda, na atual área da reserva indígena (recuperação e enriquecimento de florestas secundárias, agricultura orgânica, reflorestamento, apicultura, etc.).

5 – Compromisso das partes de que não se inicie novo processo de devastação da Mata Atlântica na região (reserva e entorno).

A **Apremavi** sempre esteve e continua à disposição para contribuir na solução dos problemas e na preservação do meio ambiente e da qualidade de vida das populações.

Atenciosamente

Miriam Prochnow
Presidente

Com cópia para:
Rede de ONGs da Mata Atlântica
Instituto Socioambiental
Federação de Entidades Ecologistas Catarinenses
IBAMA
Imprensa